

## **A DÍADE TRABALHO-SAÚDE: UMA REFLEXÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

THE LABOR-HEALTH DYAD: A REFLECTION FOR PROFESSIONAL EDUCATION

Fabio **SCORSOLINI-COMIN**  
Professor da Universidade Federal do  
Triângulo Mineiro (UFTM)  
Psicólogo e Mestre em Psicologia pela  
Universidade de São Paulo (USP)  
scorsolini@psicologia.uftm.edu.br

David **FORLI** Inocente  
Mestre em Administração de Organizações  
pela Universidade de São Paulo (USP)  
forli@inepad.org.br

Alberto Borges **MATIAS**  
Professor Titular da Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade de Ribeirão  
Preto – FEARP-USP  
alberto@albertomatias.com.br

Ana Lúcia **KAZAN**  
Doutora em Desenvolvimento de Recursos  
Humanos e Comunitários pela Ohio State  
University (OSU, EUA)  
kazan1@osu.edu

### **Resumo**

O presente artigo discute as polissêmicas noções de trabalho e saúde, compreendendo de que modo tais questionamentos podem ser trazidos à tona quando se aborda a formação de novos profissionais. O sentido do trabalho deve destacá-lo não como sendo externo ao trabalhador, mas justamente fazendo parte de sua vida, assim como a saúde, o que deve ser debatido, também, durante a formação universitária. Assim, deve-se buscar a compreensão de que trabalho e trabalhador constituem-se e são constituídos mutuamente em nossa sociedade, aviltando a necessidade de abordagem polissêmica dessas noções. Pensar em saúde, desta forma, é também pensar em trabalho e no modo como o mesmo pode ser percebido e corporificado na formação, que deve destacar a aquisição e a apropriação tanto de elementos técnicos quanto de atitudes/reflexões que colocam o profissional em uma posição ativa de constituição identitária dentro do mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho – Saúde – Formação Profissional – Mercado de Trabalho.

### **Abstract**

The present paper discusses the polysemic notions of labor and health, investigating in what way such questioning can be brought to light when the education of new professionals is approached. The meaning of labor should consider it not as being external to the worker, but rather as making part of his/her life, like health. This should also be debated during university education. Thus, it is necessary to understand that labor and worker constitute and are mutually constituted in our society, and these notions should be approached in a polysemic way. Therefore, thinking about health is also thinking about labor and how labor can be perceived and embodied in education, which should focus on the acquisition and appropriation of both technical elements and attitudes/reflections that put the professional in an active position of identity constitution within the labor world.

**Keywords:** Labor – Health – Professional Education – Labor Market.

## Introdução

A importância do trabalho para a constituição do indivíduo já havia sido deflagrada por Sigmund Freud, no início do século XX, ao destacar o trabalho como sendo uma dimensão tão importante quanto a afetividade e os impulsos sexuais. De lá para cá, diversos autores buscaram compreender de que modo o trabalho podia conferir às pessoas uma identidade, um sentido de ser e de estar no mundo, ou seja, o trabalho sendo uma de suas dimensões constitutivas e capazes de proporcionar uma leitura dinâmica de si e de suas relações (GIANOTTI, 1983; ANTUNES, 1999; CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004; SIQUEIRA; GOMIDE JÚNIOR, 2004).

De acordo com Haddad (2000), o desenvolvimento científico, tecnológico e social tem alterado substancialmente o modo de viver do homem moderno, criando novas necessidades a serem atendidas. Entre outras, o homem necessita de reconhecimento e prestígio social e é por meio do exercício profissional e nas relações de trabalho que ele dispõe de maiores oportunidades para atender a essas necessidades (SCORSOLINI-COMIN, MATIAS, INOCENTE, 2008; ROCHA, FELLI, 2004; MORENO, 1991). As modificações e transições ocorridas atualmente afetam o modo como as pessoas se comportam, percebem-se, trabalham, estudam e vivem. É com a busca pela satisfação que começa a se pensar também na insatisfação, noção esta que repercute no modo como a pessoa se coloca no mundo, como ela busca conhecimento e prazer e como ela percebe a sua própria vida, ou seja, como ela avalia as suas condições de vida.

Ao pensarmos no mundo do trabalho, devemos resgatar de que modo as pessoas são inseridas no mesmo a partir da formação de novos profissionais. Segundo Ferretti (1997), ao falar-se em formação profissional, deve-se focar as novas demandas que emergem na sociedade atual. Para isso, um dos pontos de destaque é justamente rever e dimensionar as relações entre

o sistema de formação profissional e o sistema educacional, o que nos remete a compreender de que modo tem-se pensado a formação dos novos profissionais. Esta formação é pensada, na grande maioria, dentro do ensino superior, esfera que compreende, ainda, a escolha de uma carreira e também o delineamento de não apenas um perfil profissional, mas justamente de construção de uma identidade profissional. Esta formação é encarada, na maioria das vezes, como uma formação de habilidades técnicas e científicas que enfocam o saber-fazer (SCORSOLINI-COMIN; MATIAS; INOCENTE, 2008), pouco destacando a importância de se refletir sobre o que é o trabalho, de que modo a nossa sociedade afeta esta concepção e como o mesmo faz parte de nossas vidas. Do mesmo modo, a discussão sobre o que é qualidade de vida no trabalho ou como podemos pensar em saúde ao tratar do trabalho é relegada a segundo plano na formação de novos profissionais. Esta entrada no mercado de trabalho sem um amadurecimento de tais questões acaba por atravessar o modo como esses profissionais se colocam em suas atividades e refletem acerca do próprio processo de trabalho.

De acordo com Scorsolini-Comin, Matias e Inocente (2008), ao se pensar na temática da formação profissional, há a necessidade de se abordar também o mercado de trabalho. Assim, é relevante retomar as contribuições de Saviani (1994), segundo o qual a díade educação e trabalho pode ser entendida a partir de duas perspectivas: a de que não há relação entre os dois termos e a de que, ao contrário, ela vem se estreitando em decorrência do reconhecimento que a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento econômico. Segundo Fogaça (1998), a educação geral e a educação profissional começaram a ser vistas como bastante inter-relacionadas, principalmente, pela globalização e pela emergência de um sistema de produção sustentado na automação flexível.

A partir do trabalho de Gondim (2002), afirma-se que tais mudanças estão levando as

organizações formais a se reestruturarem o que, inevitavelmente, repercute no delineamento de um perfil profissional mais compatível com a nova realidade. O desenvolvimento científico e tecnológico, suporte fundamental da globalização, aumenta a complexidade do mundo e passa a exigir um profissional com competência para lidar com um número expressivo de fatores. Segundo Silva e Cunha (2002), o diploma de graduação passa a não significar necessariamente uma garantia de emprego, como era no passado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de estudantes no ensino superior no país cresceu 13,2% de 2005 para 2006, fato este que pode ser explicado, entre outros fatores, pelas políticas públicas de acesso ao ensino superior, pelo crescimento do número de instituições de ensino superior (IES) e da expansão de cursos na modalidade a distância. Assim, a graduação, outrora vista como diferencial, passa a ser apenas um pré-requisito em um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

A empregabilidade está relacionada à qualificação pessoal, sendo que as competências técnicas deverão estar associadas à capacidade de decisão, de adaptação a novas situações, de comunicação oral e escrita, de trabalho em equipe (SILVA; CUNHA, 2002), de empreendedorismo e de conhecimentos sobre responsabilidade social e sustentabilidade, por exemplo. De acordo com Gondim (2002), este perfil profissional é baseado em três grandes grupos de habilidades. O primeiro grupo se refere às habilidades cognitivas, comumente obtidas no processo de educação formal (raciocínio lógico e abstrato, resolução de problemas, criatividade, capacidade de compreensão, julgamento crítico e conhecimento geral). O segundo grupo se refere às técnicas especializadas (informática, língua estrangeira, operação de equipamentos e processos de trabalho); e, por fim, o terceiro grupo contempla as habilidades comportamentais e atitudinais - cooperação, iniciativa, empreendedorismo, motivação,

responsabilidade, participação, disciplina, ética e a atitude permanente de aprender a aprender. Especificamente em relação às habilidades comportamentais e atitudinais, pode-se pensar em que medida a reflexão sobre os processos de trabalho e saúde têm sido contemplados na formação dessas habilidades. Há espaço para tais questões nos currículos de formação universitárias? De que modo isso ocorre ou quais as pautas para tais reflexões?

Nesta tentativa de delimitar os alcances, os limites e as especificidades das relações entre trabalho, saúde e formação profissional, Alessi e Navarro (1997) destacam, em termos de produção científica, notadamente a partir da década de 1980, um expressivo aumento dos estudos dedicados ao tema, objetivando o desvendamento das articulações processo saúde-enfermidade e processo laboral no contexto de formações econômico-sociais específicas. Assim, o objetivo deste artigo é justamente discutir a relação entre esses conceitos e de que modo eles impactam na formação profissional.

## 1 Delimitando e mesclando conceitos

Em relação às definições históricas dos conceitos de saúde e trabalho, Dias (1994) e Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) destacam que esta articulação remonta há muitos séculos, destacando a sua atual repercussão em função da constatação de que o trabalhador estaria exposto, em determinadas ocupações, a riscos específicos de adoecer e morrer, devendo ser protegido e cuidado, na prática da medicina do trabalho. A assunção desta especialidade médica, por si só, já revela o modo como esta articulação de conceitos vem sendo absorvida e protagonizada por nossa sociedade, égide do capital. O trabalho, externo ao trabalho, é muitas vezes visto como perigoso, nocivo, algo que deva ser combatido ou remediado. Assim, torna-se premente que as mazelas (doenças) provocadas pelo trabalho sejam combatidas, gerando a necessidade de que um domínio da

medicina (e da própria psicologia, da terapia ocupacional, fisioterapia, educação física, etc.) se ocupe daquilo que é provocado pelo trabalho. Aí é que podemos falar de saúde.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a saúde pode ser definida como sendo um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. Nisso percebe-se um grande avanço, no sentido de que abre possibilidades para novas formas de atuação, que não apenas o combate à doença. Assim, a saúde abandona seu status individual, passando a ser encarada como um produto social, ampliando as formas de discutir e definir as políticas públicas. Desse modo, o conceito de saúde pode ser a medida na qual um grupo ou um indivíduo pode realizar suas ambições, satisfazer suas necessidades e ainda evoluir com o meio ou se adaptar a este meio. A saúde seria um recurso de vida cotidiana e não uma meta de vida. É um conceito positivo colocando ênfase nos recursos sociais e individuais, como também nas capacidades físicas.

Alessi e Navarro (1997) destacam que apesar de a maioria das análises correntes acerca do tema considerarem os seus objetos no quadro da heterogeneidade estrutural que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico-social de cada formação econômico-social de referência, apontando para o aprofundamento de contradições endógenas e exógenas que se refletem, entre outros aspectos, na sujeição da maioria da população a precárias condições de existência social, os seus objetos referem-se principalmente a processos de trabalho dos setores secundário e terciário, dando pouco destaque para o setor primário.

Na verdade, Alessi e Navarro (1997) chamam a atenção não apenas para uma situação na qual os setores assumem um papel de destaque na discussão, mas para de que modo o trabalhador vem sendo concebido e a quais atividades são permitidas que se investigue acerca do que é saúde. Pensando na questão das doenças e enfermidades que acometem os trabalhadores,

muitas pesquisas vêm surgindo no sentido de questionar a produção individual dos males, ou seja, saindo um pouco da justificativa de que se o trabalhador adocece, isso é devido às suas particularidades ou ao modo como ele trabalha (em muitos casos, ele é que deve corrigir a sua postura para não ficar doente, e não a empresa se adaptar para que seja oferecido a ele a oportunidade de trabalhar dentro das condições mínimas de segurança, saúde e ergonomia). Isso pode ser ilustrado pela seguinte consideração:

“Um outro traço constitutivo dessas análises reside em conceber os seus objetos de análise como processos sociais, o que pressupõe que da compreensão do processo de produção, reprodução e transformação da existência social é que derivam as explicações dos porquês do homem ser ou não acometido por ciclos biopsíquicos de determinadas enfermidades. (...) Diferentemente da visão hegemônica na área da saúde, que concebe a doença através de manifestações biológicas individuais, o pensamento médico social latino-americano tem como ponto de partida que o corpo humano é um conjunto de potencialidades (físicas e psíquicas) que possibilitam ao homem, via processos de adaptação, elaborar respostas tendo em vista a satisfação de necessidades das quais depende a sua sobrevivência. Entretanto, as formas de adaptação do corpo humano não se restringem ao individual. Em sendo o homem um ser social, elas têm também caráter coletivo e emergem da maneira como os grupos sociais produzem e reproduzem sua existência material e imaterial em momentos históricos determinados”. (ALESSI; NAVARRO, 1997).

Ao falarmos em saúde e em trabalho, emerge a questão sobre a qualidade de vida, notadamente quando se pensa no mundo do trabalho. O trabalho, desde a sua definição, está embutido de um sentido de sofrimento, de tortura, de algo que causaria desprazer (trabalho significa, em sua raiz etimológica, tortura). No entanto, em nossa sociedade, vem adquirindo um sentido de produtor de bem-estar, de saúde, de qualidade de vida, uma vez que é concebido como importante para a constituição do sujeito.

Segundo as definições de Minayo, Hartz e Buss (2000), a qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Para os autores, a noção pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. Como destacado por pesquisas acerca do bem-estar (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2008), a definição do que é felicidade, qualidade de vida, trabalho, saúde e bem-estar é bastante controversa e polissêmica, o que torna complexa a atividade de investigar quaisquer desses conceitos. Muitas vezes, na literatura, esses conceitos são tratados como equivalentes. Embora sejam próximos, guardam especificidades que devem ser pontuadas e aprimoradas, a fim de que as pesquisas possam voltar-se, inclusive, para a melhor definição de cada um dos constructos.

Especificamente a noção de qualidade de vida abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (ROCHA; FELLI, 2004; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000; BUSS, 1998; MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997; CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004). Esses autores, revisando a literatura a respeito, destacam as abordagens que sugerem que a qualidade de vida seja definida em termos da distância entre expectativas individuais e a realidade.

No entanto, pontuam a relatividade da noção, que em última instância remete ao plano individual, teria três fóruns de referência: histórico (em dado momento histórico, uma dada sociedade tem um parâmetro de qualidade de vida específico); cultural (segundo os valores e necessidades construídos e hierarquizados em dada cultura); e estratificações ou classes sociais (devido às

desigualdades e nuances de cada sociedade, os padrões e as concepções de bem-estar são estratificados: a ideia de qualidade segue uma delimitação de acordo com a camada social de cada pessoa).

Deste modo, como destacado por Minayo, Hartz e Buss (2000) e por Castellanos (1997), a noção de qualidade de vida transita em um campo semântico polissêmico, estando relacionada tanto às condições e estilos de vida quanto às ideias de desenvolvimento, democracia, direitos humanos e sociais. Na área da saúde, as noções se unem em uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece.

Para Buss (2000), a saúde e a qualidade de vida podem ser promovidas proporcionando-se adequadas condições de vida, boas condições de trabalho, educação, cultura física e formas de lazer e descanso. Aproximando a discussão da área do trabalho, a qualidade de vida no trabalho é referida, em muitos estudos, como o maior determinante da qualidade de vida (HADDAD, 2000). O trabalho, como é percebido como algo que dá sentido à vida, é analisado como algo essencial à percepção de bem-estar. O trabalho deve ser visto como parte inseparável da vida humana, sendo uma forma de desenvolvimento da identidade, participação no meio social e determinante de vários aspectos do desenvolvimento.

## **2 Trabalho, saúde e formação profissional**

A psicodinâmica do trabalho enfatiza a centralidade do trabalho na vida dos trabalhadores, analisando os aspectos dessa atividade que podem favorecer a saúde ou a doença. Dejours (1986), Dejours, Abdoucheli, Jayet e Betiol (1994) acentuam o papel da organização do trabalho no que tange aos efeitos negativos ou positivos que aquela possa exercer sobre o funcionamento psíquico e à vida mental do trabalhador. Para esses autores, a relação entre a organização do trabalho e o ser humano

encontra-se em constante movimento (GLINA; ROCHA; BATISTA; MENDONÇA, 2001).

De modo similar, a educação e o trabalho também têm sido referidos como componentes do bem-estar e da qualidade de vida, tanto em termos de interferência no modo como a pessoa percebe a sua vida, quanto em termos da realização do próprio estudo e a própria profissão/ocupação. Ou seja, não apenas a jornada de trabalho tem sido estudada como um fator que interfere na qualidade de vida, mas também a jornada de estudo. Assim, como destacado por Manfredi (1999), as transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, acalorados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação (especialmente a formação profissional).

Para se investigar a qualidade de vida relacionada a qualquer fator (emprego, trabalho, estudo, conjugalidade e outros), deve-se compreender de como este fator é situado histórica e culturalmente. Um ponto de análise é a questão das jornadas de trabalho, tão discutidas atualmente. Para isso, temos que retomar a origem do sistema capitalista de produção, é gide sobre a qual nascemos e nos desenvolvemos. Como apontado por Marx (1983), isso deve ser remetido ao surgimento da grande indústria no último terço do século XVIII. Segundo o autor, à época, foram rompidas as barreiras da moral, da ética, da natureza, do sexo e dos próprios ciclos biológicos, uma vez que até mesmo os conceitos de dia e noite eram confundidos e habilmente serviam para que as contestações em favor da produção e do capital fossem levadas a cabo.

Questionando o que seria a jornada de trabalho e o modo como ela deveria ser colocada para os trabalhadores, a contribuição de Marx (1983) está justamente em atribuir ao capital a detenção total das horas de trabalho de uma pessoa, ou seja, em sua visão o homem é submetido a uma dedicação exclusiva ao capital a partir de uma jornada de trabalho que não leva em conta os seus anseios e

as suas necessidades (também biológicas), mas segue exclusivamente os preceitos do capital. Em um ambiente (sociedade) no qual não há espaço para o descanso e ao equilíbrio entre jornada de trabalho e atendimento às noções mínimas de saúde e bem-estar, os trabalhadores não destacam que o trabalho é uma dimensão da vida, assim como a família e os estudos, mas justamente o trabalho age absorvendo-os em sua totalidade que atende às demandas do capital, e não às suas próprias necessidades. Como destacado por Marx (1983):

“(...) em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, (...) atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção de alimentos, como a caldeira de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo”.

Segundo Alessi e Navarro (1997), o trabalho, a partir do modo de produção capitalista, determina uma das formas de relacionamento social, ou seja, a interação que ocorre entre empregados e empregadores. Na visão das autoras, os papéis sociais desempenhados por esses agentes são opostos e complementares entre si e estão definidos pela posição que ocupam no processo da produção: proprietários e não proprietários dos meios de produção. Deste modo, podemos destacar que este referido modo de produção é um processo de produção de mercadoria e de mais-valia, por meio do uso de objetos, instrumentos e da força de trabalho assalariada, materializada esta sob a forma de trabalho concreto (NAVARRO, 1991). Em outras palavras, “toda e qualquer referência a processos de trabalho significa considerar modos concretos de trabalhar que, por sua vez, contém, implicitamente, modos concretos de

consumo e de desgaste da força de trabalho” (ALESSI, NAVARRO, 1997).

Pensando no processo de alienação do trabalho, conforme abordado por Marx (1983), destaca-se a visão de que o trabalho é algo externo ao trabalhador, ou seja, não faz parte de sua natureza. Dessa consideração, deriva o fato de que se o trabalhador não se realizar em seu trabalho ele está negando a si mesmo, uma vez que o trabalho existe para proporcionar a satisfação de necessidades, ou seja, o trabalho, por si só, não é uma necessidade, para Marx. Assim, a alienação é deflagrada, pois o homem tem a tendência a negar o trabalho. Adicionalmente, Marx (1983) destaca que o trabalho não pertence a quem o desempenha, mas a outra pessoa. Pode-se dizer que o trabalho surge na vida do homem enquanto algo que o aliena e não o liberta, como outras atividades voltadas à satisfação de necessidades.

Na formação profissional dos jovens, enfatiza-se constantemente a sua imersão no mercado de trabalho, notadamente a partir da universidade, com a realização de estágios técnicos e empresariais focados no treino e no desenvolvimento de habilidades requeridas para os futuros profissionais (SCORSOLINI-COMIN; GAMEIRO; INOCENTE; MATIAS, 2009; INOCENTE; SCORSOLINI-COMIN; MATIAS, 2009; SCORSOLINI-COMIN; GAMEIRO; MONARIN; INOCENTE, 2009; SCORSOLINI-COMIN; MATIAS; INOCENTE, 2008). Esta formação, embora adequada aos objetivos do mercado (forma-se para o mercado) acaba por desconsiderar uma formação que extrapola a visão imediatista e circunstancial do mercado, que é justamente a reflexão crítica acerca dos processos de trabalho e de que modo os novos profissionais devem atuar tendo como norte o papel do trabalho, a importância da qualidade de vida dentro do mesmo e outras questões (SECAF; SCORSOLINI-COMIN; MATIAS, 2008).

A universidade, geralmente, lança tais questionamentos (se o fazem) logo quando os

alunos iniciam os seus cursos. Essa preocupação constante nos currículos vai desaparecendo com o prosseguimento dos cursos, fazendo com que os mesmos apenas reflitam acerca das necessidades impostas pelo mercado, como domínio de competências técnicas e experiências profissionais bem-sucedidas. Esta formação mais crítica não é levada em consideração e, muitas vezes, sequer questionada nos currículos de muitos cursos e instituições de ensino superior. A reflexão sugerida pela universidade acaba, muitas vezes, não ultrapassando os muros desta instituição, o que a coloca, muitas vezes, como não condizente com a realidade que os futuros profissionais experimentarão. A universidade, enquanto instituição de ensino fortemente ligada ao conhecimento e à pesquisa, acaba priorizando a apropriação de conhecimentos eminentemente técnicos (PAZETO, 2005). A realidade profissional, no entanto, está repleta de desafios que ultrapassam tais saberes, aviltando a necessidade de que os alunos (ou aprendizes, ou estagiários) saibam responder a esses desafios, explorando um repertório diferente de saberes, valores e práticas discursivas que compõem a sua formação.

A exploração capitalista pressupõe, segundo Tumolo (2003), a produção da vida integral do trabalhador na sociedade do capital, a formação do cidadão. A tese deste autor é a de que esse processo dilui a linha divisória entre espaço e tempo de trabalho e espaço e tempo fora do trabalho, já que eles se determinam mutuamente e só podem ser espaço e tempo constituídos historicamente na lógica do capital. Isso remonta à discussão sobre a jornada de trabalhos ao modo como o conceito de saúde perpassa o de trabalho, razão pela qual muitos autores defendem que não se aborde a saúde no trabalho, mas que a noção de saúde seja algo mais amplo. Quando abordamos o que está dentro e o que está fora do trabalho, deve-se pensar que esta discussão está circunscrita ao capital e é fruto de uma construção histórica, o processo de consolidação do capital expresso pela subsunção real do trabalho ao

capital (NAVARRO, 2006; TUMOLO, 2003; NAVARRO, 2003; DIAS, 1994).

E como a formação do cidadão é abordada dentro da formação profissional? Os profissionais dotados dessas capacidades acabam sendo escassos no atual mercado de trabalho, o que suscita, segundo Gondim (2002), a necessidade de se refletir acerca da eficiência no processo de formação e qualificação. A ênfase numa formação generalista e a ampliação das possibilidades de experiência prática durante o curso superior são avaliadas como alternativas para atender a exigência de um perfil multiprofissional e proporcionar a maturidade pessoal e a identidade profissional necessárias para agir em situação de imprevisibilidade, realidade a que estão sujeitas as organizações atuais. Corroborando a reflexão desta autora, questiona-se em que medida este novo paradigma vem sendo incorporado e concretizado na formação universitária. Para Silva e Cunha (2002), a atual sociedade – chamada de sociedade do conhecimento – traz uma série de transformações significativas ao mundo do trabalho. Cada vez mais, a atividade produtiva depende dos conhecimentos adquiridos e os profissionais devem ser criativos e críticos, estando preparados tanto para agir rapidamente como para se adaptarem no ritmo dessas mudanças (SCORSOLINI-COMIN; MATIAS; INOCENTE, 2008).

Para Antunes (1999), discorrendo sobre o sentido do trabalho e sobre a busca de um sentido para esta atividade, destaca que “uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho”. Deste modo, o autor não coloca o trabalho como sendo externo ao trabalhador, mas justamente como fazendo parte de sua vida e de suas buscas. Assim, a cisão trabalho e trabalhador não deveria ser levada a cabo, uma vez que o homem se constitui e é constituído pelo processo de trabalho em nossa sociedade. A busca por um sentido pode e deve ser pensada dentro do trabalho também, mas não de modo exclusivo. O trabalho seria uma dimensão da vida, igualmente importante

quando comparada a outras. Pensar em saúde e qualidade de vida, desta forma, é também pensar em trabalho e no modo como o mesmo pode ser percebido, corporificado e compreendido pelo homem em sua constituição e na busca pelo seu bem-estar.

Esta questão, justamente por envolver o trabalho, deve ser incorporada à formação de novos profissionais, que devem estar preparados não apenas para refletir sobre o que é o trabalho e como cada um se insere dentro desse processo, mas como esta noção (e outras correlatas que a perpassam, como saúde e qualidade de vida) devem ser contempladas no processo de se formar pessoas comprometidas com as mudanças no mercado de trabalho e dispostas a refletir sobre a importância deste tipo de questionamento para uma atuação menos estereotipada e alienante, mas justamente atenta, crítica e com possibilidades transformadoras, o que é uma das exigências colocadas aos novos profissionais que chegam a mercado diariamente.

### 3 Conclusão

Retomando a questão da polissemia que envolve as noções de saúde, trabalho e qualidade de vida, deve-se considerar os períodos econômico, político, social e cultural. Ou seja, de que modo a qualidade de vida, a saúde e o trabalho vêm sendo ressignificados a partir da assunção das novas exigências do mercado de trabalho e novas formas de produção? Seguindo este mesmo paradigma, não apenas esses conceitos devem ser encarados em sua transformação, como já salientado anteriormente, mas também de que modo as modificações no mercado, na sociedade e no modo como as identidades dos trabalhadores são construídas, afetam, modificam ou redefinem o que é ser saudável, o que ser flexível e o que é ser adaptável à realidade. Estariam todos prontos para a transformação? Estariam todos preparados para a definição do que é qualidade de vida dentro deste contexto? Mais do que isso, como



abordado neste estudo, o espaço da formação profissional deve ser respeitado enquanto um campo no qual esta pluralidade de sentidos pode ser trabalhada, refletida e questionada de modo condizente tanto com as exigências do mercado de trabalho quanto da própria sociedade na qual o trabalho ocupa lugar de destaque.

Os conceitos de trabalho e saúde devem estar continuamente atrelados a essas mudanças e deve acompanhá-las, repensando-as, problematizando-as, ressignificando-as, tal como destacado por uma série de estudos (CODO; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004; ROCHA; FELLI, 2004; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000; BUSS, 1998). Esta releitura é possibilitada em períodos de estágio profissionalizante, por exemplo, nos quais os alunos não apenas entram em contato com o universo profissional, como também podem fazer um exercício de reflexão acerca do significado dessa atuação em suas vidas. É importante que eles se questionem acerca dos conhecimentos necessários à prática, mas também das atitudes que permeiam esse “ensaio” profissional. Quando os profissionais não se dedicam a esse exercício, acabam tendo uma visão limitada de intervenção, pensando apenas nos aspectos econômicos e de conhecimentos que deve desenvolver.

A inserção no mercado de trabalho, na contemporaneidade, acaba pressionando os profissionais para que eles pensem no processo de se estabilizarem no emprego, de chegarem a um status superior, não necessariamente questionar o que estão fazendo e em que medida a sua atuação pode ser ressignificada, pode adquirir novos contornos, pode produzir novos sentidos. A qualidade de vida no emprego, quase sempre, vem atrelada a uma ideia fortemente centrada na remuneração e no status, não se destacando aspectos como a satisfação, as relações interpessoais, etc.

Especificamente em relação à saúde do trabalhador, Navarro (2003) destaca a necessidade de revistar o quadro das

transformações que estão em curso no mundo do trabalho, o que possibilita compreender como estão configurando as novas formas de intensificação da exploração da força de trabalho, que é uma das principais características do novo padrão de acumulação do capital. Como isso tem se dado? Como romper com este paradigma? Um dos apontamentos de Navarro (2003) neste sentido é de que o enfrentamento dessa questão não pode ser pensado apenas no plano das fiscalizações dos ambientes de trabalho das políticas voltadas para a saúde do trabalhador, mas justamente na consideração, tanto na teoria quanto na prática social, da centralidade do trabalho.

Qual o papel da saúde? Qual o papel do trabalho? Qual o papel da educação? Qual o papel da formação profissional? Não podemos fechar as definições ora lançadas. O mais sensato, dentro do paradigma pós-moderno, é pensar no dinamismo da relação entre esses termos, não necessariamente em definições que coloquem essas noções como estanques, presas a um sentido único, dado, hermético. Deste modo, a formação profissional deve ser vista para além da inserção no mercado de trabalho e da compreensão acerca do mundo do trabalho.

Corroboramos os apontamentos de Silva e Cunha (2002), que destacam que a educação no século XXI está atrelada ao desenvolvimento da capacidade intelectual dos estudantes e a princípios éticos, de compreensão e de solidariedade humana. A educação visará a prepará-los para lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, equipando-os com qualidades como iniciativa, atitude e adaptabilidade. A universidade, neste contexto, tem seu papel ampliado, uma vez que deverá reforçar seus papéis no aumento dos valores éticos e morais da sociedade e no desenvolvimento do espírito cívico ativo e participativo de seus futuros graduados.

A formação profissional deve ser encarada como um processo complexo que não começa e se encerra apenas na universidade, mas que

deve extrapolar os seus limites (PAZETO, 2005). Assim, redobra-se a importância de a universidade proporcionar ferramentas para uma leitura de mundo que contemple essas pautas contemporâneas. Obviamente, essa mudança deve atingir também o mundo do trabalho, as organizações, as empresas que se abrem aos novos profissionais. Essas organizações não podem ter uma visão limitada de intervenção, mas justamente desenvolver um compromisso com a reflexão e também com a formação de seu corpo de colaboradores ao longo do tempo, haja vista que esta formação não se encerra no espaço universitário ou de estágio, mas é contínua e sujeita a constantes transformações, assim como ocorre com o ser profissional, sinônimo de movimento na contemporaneidade.

### Referências

- ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 2, p. 111-121, 1997.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.
- BUSS, P. M. **Promoção da saúde e saúde pública**. ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.
- CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. *In*: BARATA, R. B. (Org.). **Condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997, p. 31-76.
- CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. Saúde mental e trabalho. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 276-299.
- DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 14, p. 7-11, 1986.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C.; BETIOL, M. I. S. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- DIAS, E. C. Aspectos atuais da saúde do trabalhador. *In*: ROCHA, L. E., RIGOTO, R., BUSCHINELLI, J. T. P. (Org.). **Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 138-156.
- FOGAÇA, A. A educação e reestruturação produtiva. *In*: FOGAÇA, A. (Org.). **Políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia Unicamp, p. 30-45, 1998.
- GIANOTTI, J. A. **Trabalho e reflexão**: ensaios para a dialética da sociabilidade. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E.; BATISTA, M. L.; MENDONÇA, M. G. V. M. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexo com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 607-616, 2001.
- HADDAD, M. C. L. Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem. **Revista Espaço para a Saúde**, v. 1, n. 2, p. 75-88, 2000.
- INOCENTE, D. F.; SCORSOLINI-COMIN, F.; MATIAS, A. B. A qualidade de vida de alunos de cursos de pós-graduação na modalidade a distância: conjugando educação, trabalho e saúde. *In*: JESUS, S. N.; LEAL, I.; REZENDE, M. (Orgs.). **Experiências e Intervenções em Psicologia da Saúde**. 1. ed. Faro: Universidade do Algarve, p. 445-462, 2009.
- MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 64, p. 13-49, p. 1999.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1. t. 1, 1983.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 2, p. 21-32, 1997.

MORENO, N. A. **Qualidade de vida no trabalho**: uma análise das características da tarefa de profissionais bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias. Dissertação de Mestrado, Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.

NAVARRO, V. L. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, V. (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados**. São Paulo em Perspectiva, v. 17, n. 2, p. 32-41, 2003.

\_\_\_\_\_. **Violência do trabalho**: condições de vida e trabalho dos trabalhadores do Rami em Uraí – PR. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1991.

PAZETO, A. A. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. **Ensaio: Avaliação, Política e Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 487-496, 2005.

ROCHA, S. S. L.; FELLI, V. A. Qualidade de vida no trabalho docente em enfermagem. **Revista Latino-Americana em Enfermagem**, v. 12, n. 1, p. 28-35, 2004.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 151-168, 1994.

SCORSOLINI-COMIN, F.; GAMEIRO, F. J.; INOCENTE, D. F.; MATIAS, A. B. Contribuições de uma experiência de estágio em educação a distância para a formação do profissional da informação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 1, p. 83-93, 2009.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. MONARIN, G. P.; INOCENTE, D. F. A gestão da informação na educação a distância: descrição de uma experiência de estágio. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 138-162, 2009.

\_\_\_\_\_; MATIAS, A. B.; INOCENTE, D. F. A formação profissional de estudantes de Administração: uma experiência de estágio social com jovens abrigados. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 9, n. 1, p. 103-114, 2008.

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. A. Felicidade e bem-estar subjetivo: uma revisão integrativa acerca dos instrumentos de avaliação. In: PASIAN, S. R.; OKINO, E. T. K.; LOUREIRO, S. R.; OSÓRIO, F. L. (Orgs.). **Avaliação de personalidade**: técnicas e contextos diversos. Ribeirão Preto: Vetor, 2008.

SECAF, M. F.; SCORSOLINI-COMIN, F.; MATIAS, A. B. Análise das contribuições do estágio social para a formação profissional de estudantes de administração de empresas. In: 16º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo (SIICUSP), São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.

SILVA, E. L.; CUNHA, M. V. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 3, p. 77-82, 2002.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JÚNIOR, S. Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 300-328, 2007.

TUMOLO, P. S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.